

A presidência de Barack Obama



Por **RONALDO TADEU DE SOUZA***

Obama ensina que não devemos acalantar esperanças, ingênuas para alguns e cínicas para outros, sobre a possível presidência da primeira mulher negra dos EUA

“(…) a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”
(Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*).

1.

Na esteira da desistência de Joe Biden de concorrer à presidência dos Estados Unidos da América e a bem provável escolha de sua vice-presidente, Kamala Harris dos Democratas (a primeira mulher e negra com chances reais de vencer as eleições contra o candidato Republicano), para substituí-lo é sugestivo para o pensamento crítico de esquerda (e para o pensamento crítico negro de esquerda), radicais e revolucionários, compreender certos parâmetros teóricos e históricos que caracterizaram o governo de Barack Obama, na medida em que, foi o primeiro afroamericano a se tornar chefe supremo do maior império que o ocidente já conheceu, bem como a tendência a se forjarem discursos e posturas semelhantes de quando ele foi candidato e presidente da América.

Antes de a Casa Branca passar das mãos de George W. Bush para as de Barack Obama em 2008, os Estados Unidos presenciavam uma mudança no regime de acumulação do capital. A estrutura da economia norte-americana transformava os padrões de lucratividade que outrora provinham com maior consistência dos setores industriais; agora as fragilidades do sistema bancário e financeiro (as bolhas das ações, dos títulos, do setor imobiliário), do crédito e do crédito para o consumo das famílias (des)organizavam o capitalismo branco norte-americano (Brenner, 2004).

Vê-se aí a conformação do núcleo da crise das hipotecas subprime. (Foi esse o país que o primeiro presidente negro dos Estados Unidos recebeu – devastado pela crise econômica e social.) Uma das mais detalhadas exposições acerca das bolhas imobiliárias no âmbito da história econômica (e da sociologia histórica) encontra-se no artigo de Robin Blackburn, *Las crisis de las hipotecas subprime*, na *NLR* nº 50 de maio/junho de 2008. Blackburn descreveu com precisão crítica o porquê da crise de 2007-2008 no cerne do capitalismo internacional.

Com a financeirização da economia impulsionada por Clinton e Bush, houve um fenômeno de opacidade do sistema bancário norte-americano (Blackburn, 2008) (e europeu). Isto era “consequência da desregulação que permitiu a muitas instituições financeiras assumir funções bancárias” (Ibidem, p. 58). O quadro se completa por um lado, com a anuência dos profissionais das finanças (Ibidem), os executivos treinados nas melhores escolas de finanças e de negócios; por outro lado, Alan Greenspan, um dos mais longevos presidentes do FED, o banco central americano, era um “animador do sistema de serviços financeiros” (Ibidem, p. 72) como modalidade de acumulação do capital.

Dessa forma, um sistema econômico financeirizado, que tornou sua dinâmica de funcionamento oculta, que incentivou a expansão de derivativos hipotecários sem alicerce material sólido e exaltado pelo mago das finanças ruiu em 2007. Mas em nenhuma sociedade ocidental a incomoda formulação de Marx de que o “Executivo no Estado moderno não é senão o comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (2007, p. 42) adequava-se com tamanha fidedignidade do que os Estados Unidos pós-crise de 2007/2008.

Conquanto as “vítimas mais diretas da crise tenham sido mulheres jovens, afroamericanos e outras minorias [que tiveram que enfrentar] [...] recessão, redução dos salários e contração do mercado de trabalho” (Blackburn 2008, p. 87), a recuperação de bancos de investimentos custou uma engenharia político-financeira por parte do Estado (e do governo americano da ocasião) pouco vista na história recente – a tomarmos as cifras disponibilizadas pelo Banco Central Americano. Compactuados, o “presidente dos Estados Unidos e o Congresso acordaram rapidamente um pacote de medidas de estímulo [...] [e o] FED interveio para evitar o colapso de Ben Stearns e acordar sua compra pelo JP Morgan Chase por uma pequena fração do seu preço” (Blackburn, 2008, p. 55).

Com isto, Barack Obama enfrentava seu *Machiavellian moment* (J. G. A. Pocock). O destino do seu governo estaria marcado tanto pelo modo como lidaria com o colapso do sistema financeiro, como pela maneira ao qual daria andamento político às questões dos trabalhadores estadunidenses, dos negros, das mulheres e de outras minorias historicamente oprimidas. Ao final de dois anos de mandatos a família Obama passava a Casa Branca para a família Trump.

Os ecos da história americana, desde os tempos da defesa da propriedade na constituição e da supremacia branca armada após a Guerra Civil ressurgiam para se vingar. Entretanto, para a sociologia histórica da *NLR* a “era Obama” (Anderson, 2017), indiretamente, teve como “seu legado [...] inadvertido [...] contribuir para trazer de volta o radicalismo estadunidense” (Ibidem, p. 68) A altivez de Donald Trump percebeu esse momento nas primárias republicanas.

2.

A presidência de Barack Obama no que concerne à história americana foi bifronte. Seguindo o padrão de governo desde os dias de Ronald Reagan, o primeiro negro a assumir a Casa Branca seguiu o imobilismo político de seus antecessores. Não “introduziu alterações” (Anderson, 2017, p. 52) substantivas internas no país e seguiu desenvolvendo as “tarefas militares na política externa” (Ibidem). Teoricamente; a administração Obama era “convencional” (Ibidem) como a de outros presidentes a partir dos anos 1980: a aceitação “do capitalismo neoliberal e o expansionismo militar diplomático” (Ibidem).

No entanto, Barack Obama se distinguia por seus aspectos físicos, psicológicos e culturais. Numa espécie de sociologia da cultura, como subcampo da sociologia histórica, a *NLR*, dirá que ele “teve um mandato [...] inovador, porque foi o primeiro presidente que era ao mesmo uma celebridade [...] cuja aparência [...] era uma sensação [...], não ser puramente branco, bonito e educado [e ser] o maior arrecadador de fundos [de campanha]” (Ibidem) desde Carter. Fortuna tem sido um dos assuntos mais fascinantes na filosofia política. Concebida na cultura italiana renascentista e recebendo forma teórica nos escritos de Maquiavel, fortuna é a ocasião na política em que os homens virtuosos aceitam os desafios não controlados do tempo humano – ou na formulação de Leo Strauss em *Thoughts on Machiavelli*, da natureza imposta^[1] – e estabelecem ações vislumbrando atenuar o desequilíbrio entre a fortuna mesma e a virtude enquanto tal.

Contudo, nem sempre ao enfrentar os desígnios (naturais e humanos) da política alcança-se a glória. Bush foi o presidente americano que conduziu a economia do país às “bolhas imobiliárias” (Riley, 2017, p. 27); ao estourar as bolhas, a “grande crise financeira de 2008” (Ibidem), o Estados Unidos estava sendo governado por Barack Hussein Obama. O “carisma da cor” (Anderson, 2017, p. 52) e sendo frequentado por Beyoncé, Jay-Z, Chance the Rapper, Frank Ocean e Naomi Campbell permitiram a Obama a construção social de “laços imaginários [com] forte atração cultural” (Riley, 2017, p. 27); mas isto não foi o bastante para ocultar as forças da fortuna (e da história) e demonstrar qual era a virtude deste ex-aluno de Harvard.

Sua presidência organizou uma recuperação financeira de centenas de bilhões de dólares para o setor bancário que havia lançado a economia americana e mundial no abismo profundo. A mensagem e a ação de Barack Obama diante da sua fortuna eram claras: “seu governo manteve os elementos neoliberais [de] apoio direto para o capital financeiro e para os ricos proprietários” (Ibidem). Ainda assim, a administração da Casa Branca do primeiro presidente afroamericanos demonstrava variações políticas importantes – em um cenário sociológico que os Estados Unidos não conhecerão, por muito tempo, a saber, eleições fundamentalmente brancas (Davis, 2013).

Com efeito, Barack Obama fez “concessões aos temas ambientais e ao movimento LGBTQ” (Riley, 2017, p. 27) e manteve a esperança da comunidade negra em ver resolvido o legado da raça. Típico liberal americano, entretanto, Obama vislumbrava uma sociedade diversificada – mesmo com graus altíssimos de desigualdade –, de modo que a inclusão não se daria por toda a estrutura social e econômica norte-americana atingindo substantivamente o capital e o lucro, ou mesmo a distribuição de renda – os democratas e Barack Obama procuravam incluir “as mulheres e afroamericanos nos 20%” (Michaels, 2008, p. 31) mais ricos da sociedade estadunidense.

Ora, a popularidade de Barack Obama nos liberais americanos não é casualidade; é resultado de sua “imagem da diversidade” (Ibidem) e do perfil político da noção de igualdade que sustenta. A narrativa da sociologia histórica do governo Obama pela NLR pode ser terminada articulando-se o projeto de reforma do sistema de saúde e as atitudes presidências diante da questão racial envolvendo os negros.

Uma das frentes que a administração Barack Obama prometia atuar dizia respeito ao sistema organizativo de saúde dos Estados Unidos. Não obstante a marca pessoal do Executivo americano com ele, a reforma do setor de saúde “era [...] prioridade” (Anderson, 2013, p. 24) dos democratas desde Bill Clinton. Mesmo com a recusa histórica dos republicanos, especialmente no fim do século XX, a qualquer tipo de financiamento público para a saúde, Obama conseguiu aprovar o *Affordable Care Act* [Lei de Proteção a Pacientes e Cuidados Sanitários Acessíveis]. Com a anuência do “setor de seguros e da Associação Médica Americana e [possuindo] maioria [...] no Congresso” (Ibidem) ele teve seu caminho facilitado. A rigor o *Affordable Care Act* era mais ousado para reconfigurar o sistema de saúde que “o Medicare Prescription Bill [Lei de Prescrição Médica] de Bush” (Ibidem, p. 25), mas o processo de financiamento do programa tinha como foco a “ampliação da assistência social [à saúde] em troca de um gigantesco benefício para a saúde privada” (Ibidem).

Em termos de uma sociologia das políticas públicas: o AHCA resultou na “garantia de um mercado subsidiado pelo Estado para as caríssimas medicinas [remédios] das empresas farmacêuticas” (Ibidem). (Ao final de seu mandato, a etiqueta política do governo Obama – a reforma do setor de saúde – não foi defendida pelo eleitor estadunidense: ao invés disso, e contraditoriamente, Donald Trump pode mobilizar com certa facilidade o legado histórico supremacista branco para publicizar, um suposto, e mesmo inexistente, auxílio aos negros e catalisar ainda mais os votos do ressentimento de cor.)

A questão racial concernente aos afroamericanos poderia ter sido a passagem para a glória maquiaveliana de Barack Obama. Entretanto, as virtudes, ao menos do seu sorriso cativante, não foram suficientes para isto; pelo contrário de certo modo. Barack Obama sabia das adversidades históricas e sociais dos negros de há muito; como homem de Harvard conhecia tanto o significado americano do direito à posse de armas defendida pela elite proprietária de terras com suas milícias brancas (a Ku Klux Klan) surgido no contexto pós-guerra civil, como as desvantagens materiais e políticas das pessoas de cor em uma sociedade segregada racialmente e sempre com o temor da sublevação negra.

O sistema eleitoral americano a que já fizemos referência foi construído visando à proteção mesma do sistema político elitista estadunidense – ele foi “desenhado para proteger os interesses da oligarquia escravagista mediante a distorção do sufrágio: [...] pré-moderno [estruturava-se a partir do] voto limitado, sistema majoritário, [...] obstáculos de acesso ao voto e Colégio Eleitoral” (Riley, 2017, p. 28). Obviamente os negros histórica e socialmente sempre foram os mais prejudicados. Barack Obama pouco fez para ao menos atenuar esta assimetria institucional. Cabe então a pergunta – para os afroamericanos o que resultou dos oito anos de governo do primeiro presidente negro dos Estados Unidos? A sociologia histórica da *New Left Review* aqui é: severa.

3.

Com o relativo esfacelamento dos partidos políticos americanos enquanto legitimidade social – Dylan Riley dirá que “uma nova manifestação do esvaziamento da forma partido e da crise de representação, que atingiu as democracias após 2008” (2017, p. 28), e neste caso, mesmo a democracia oligarquizada dos Estados Unidos sofreu os efeitos da queda do sistema financeiro – a candidatura Barack Obama poderia reorganizar as lealdades do sistema ao menos concernente ao simbolismo em uma sociedade multirracial. Candidato, portanto, do *establishment* (liberal) ele tinha condições de harmonizar um país potencialmente convulsivo. (Não era o que os negros esperavam.)

Mas ainda assim, mesmo com esses atributos de forma o político Barack Obama foi “uma grande notícia para o liberalismo que é tão elitista” (Michaels, 2008, p. 32) como seu gêmeo bivitelino, o conservadorismo norte-americano. Assim, fosse McCain ou Obama – ou “ganha[sse] quem ganha[sse] a desigualdade nos Estados Unidos permanecerá essencialmente intacta” (Ibidem). De modo que, uma das prioridades da administração democrata de 2008 a 2016 tinha sido a “redução do déficit [público]” (Davis, 2013, p. 34) com repercussões fundamentalmente desvantajosas para os que necessitam de maior investimento em gastos sociais.

Regis Debray, outro teórico e intelectual que deixou sua assinatura na revista britânica (e americana) tem razão ao afirmar que o “Estado [...] é o único e derradeiro bem de quem não tem nada” em sociedades como as nossas (Debray, 2017, p. 28). Foram os jovens os que sentiram o impacto do corte de recursos estatais para a educação e foram os trabalhadores desempregados (muitos decorrente da crise do subprime de 2008) que ficaram desesperançados com a pouca atenção dada por Barack Obama ao seguro social. A população afroamericana, evidentemente, sofreu com maior intensidade o “neoliberalismo de centro” (Michaels, 2008, p. 32) de seu presidente.

Não foi ocasional, como observou Mike Davis, que nas eleições de 2016 a participação dos negros em regiões como Milwaukee, Detroit e Filadélfia tenha diminuído – isto “explicaria a maior parte da derrota de Clinton no Meio-Oeste” (2017, p. 9). Ora, racialmente, a presidência Barack Obama pouco alterou a situação histórica dos negros; a pobreza continuou endêmica, agravada por anos de liberalismo agressivo desde os tempos de Reagan e pela crise financeira de 2007-2008 que os próprios democratas têm sua parcela de responsabilidade.

E em termos de reconhecimento social e cultural? Aqui a rudeza da ordem social é, infelizmente, incompatível com as agendas de pesquisa do mainstream da filosofia política contemporânea: Obama não “tratou [de lidar] com a polícia, os distúrbios provocados pelos tiros contra negros marcaram [seu mandato]” (Anderson, 2017, p. 48), o encarceramento de jovens afroamericanos continuou com ele no Executivo (como bem demonstra a socióloga negra Michelle Alexander^[2]) e ao receber o *Black Lives Matter* na Casa Branca disse aos delegados e delegadas com a simpatia que lhe é peculiar que eles e elas “deveriam estar agradecidos por terem o privilégio de uma audiência com ele e os lembrou que [apesar de tudo] eles estavam no *Salão Oval*, falando com o presidente dos Estados Unidos” (Ibidem).

Com esse quadro socio-histórico e socioconjuntural, a temporalidade dos homens foi implacável – em 2016, Barack Obama, os Democratas, os liberais sociais e os multiculturalistas tiveram que enfrentar uma derrota para o Republicano Donald Trump que lançaria os Estados Unidos na era dos governos de direita intransigente.

O que esperar de Kamala Harris, tendo em vista a paisagem política e da luta de classes atuais? Se a sociologia histórica da *New Left Review* pode nos ensinar alguma coisa: é que não devemos acalantar esperanças, ingênuas para alguns e cínicas (e oportunísticas) para outros, sobre a possível presidência da primeira mulher negra dos Estados Unidos da América.

***Ronaldo Tadeu de Souza é professor de Ciência Política na UFSCar.**

Referências

Anderson, Perry. Homeland: La política Interna. *New Left Review*, nº 81, 2013.

Anderson, Perry. Pasando el Baston de Mando. *New Left Review*, nº 103, 2017.

Davis, Mike. Las Últimas Elecciones Blancas? *New Left Review*, nº 79, 2013.

Debray, Régis. Sobre um Pano Azul com Doze Estrelas Amarelas (União Europeia). *Le Monde Diplomatique Brasil*, nº 121, 2017.

Marx, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo. Boitempo, 2007.

Michaels, Walter Benn. Contra la Diversidad. *New Left Review*, nº 52, 2008.

Riley, Dylan. El Brumário Estadunidense. *New Left Review*, nº 103, 2017.

Notas

[1] Ver Leo Strauss. *Thoughts on Machiavelli*. Ed. University of Chicago Press, 1978.

[2] Ver Michelle Alexander. *A Nova Segregação: Racismo e Encarceramento em Massa*. Ed. Boitempo, 2018.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)